

## **Implementação da Agenda 21 para o Concelho de Castelo Branco – Do Diagnóstico à Acção**

Alberto, Deolinda; Jacinto, Paulo; Quinta-Nova, Luís  
Escola Superior Agrária de Castelo Branco  
Quinta da Senhora de Mércules, 6000 Castelo Branco  
lnova@esa.ipcb.pt

### **RESUMO**

Apesar do conceito “Agenda 21” ter sido apresentado, pela primeira vez, em 1992, no decurso da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, só agora está a ser posto em prática, em Portugal, constituindo um novo instrumento de base territorial, de apoio ao Desenvolvimento Sustentável. Partindo deste conceito e explorando os seus pressupostos teóricos, a comunicação centra-se no caso estudo da elaboração da Agenda 21 para o concelho de Castelo Branco. Este concelho caracteriza-se por uma acentuada dicotomia urbano/rural, em que em paralelo à freguesia urbana, sobrevive todo um vasto território de baixa densidade com algum património natural importante, como é o caso do Parque Natural do Tejo Internacional. A elaboração do diagnóstico conduziu a uma análise SWOT cujos resultados foram discutidos em sessões de proximidade com a presença dos actores locais. Foram igualmente elaboradas matrizes de impactes que permitiram identificar os efeitos das actividades humanas sobre os indicadores de sustentabilidade. Paralelamente foi lançado um inquérito à população com o objectivo de auscultar a visão dos albicastrenses sobre a sua cidade. Com base nos elementos recolhidos construiu-se uma visão estratégica que se consubstanciou num conjunto de acções que visam promover a sustentabilidade do concelho e que se articulam em torno de três eixos – Território, Conhecimento e Competitividade.

### **ENQUADRAMENTO DA AGENDA 21 LOCAL**

O funcionamento das sociedades humanas deve ter em conta a necessidade de preservação dos elementos naturais. Esta condicionante poderá parecer algo de mais recente, mas sempre existiu.

O que constitui novidade é o seu reconhecimento, fruto da dimensão dos efeitos das intervenções do Homem e da facilidade de aquisição e troca de informação.

Reconhece-se que o ser humano vai, em nome do bem-estar presente, impedindo os ciclos ecológicos naturais, esgotando recursos e eliminando elementos da natureza que sejam obstáculo. Vai tornando-se claro que as capacidades humanas, nomeadamente tecnológicas, tanto permitem a melhoria do seu bem-estar, como a perversão dos processos ecológicos. Suspeita-se que o funcionamento, presente e potencial, das sociedades leve a uma aproximação de situações de ruptura com, entre outros corolários, a redução, a prazo, do bem-estar. Há uma crescente difusão e discussão de perspectivas éticas relativas à relação com o meio. Podendo, por vezes, ser contraditório, as preocupações conservacionistas não são apenas relativas a aspectos naturais, estendendo-se também à conservação da(s) cultura(s).

Por outro lado, verifica-se que nem toda a humanidade beneficia desse bem-estar. Apenas cerca de 1/5 da população integra o que se designa de mundo desenvolvido, isto é aquele que se aproxima do extremo máximo de bem-estar que se estima ser possível com os recursos tecnológicos existentes. Os outros 4/5 debatem-se com dificuldades de acesso a recursos tão básicos como os necessários à alimentação.

Dito de outra forma, apesar de não se resolver necessidades básicas da humanidade, põe-se em perigo, para assegurar um elevado bem-estar a uma parte dela, o acesso futuro aos recursos naturais.

É neste contexto que surge o conceito de desenvolvimento sustentável como modelo a seguir, em que haja conciliação entre as preocupações económicas, sociais e ambientais.

As instâncias internacionais foram, ao longo das últimas décadas, crescentemente alertando para a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, desenvolvendo esforços no sentido de clarificar as suas dimensões, bem como definir estratégias para a sua prossecução. Tais foram os objectivos da Cimeira da Terra, organizada em 1992, no Rio de Janeiro, pela Organização das Nações Unidas (ONU), porventura o evento mais marcante quanto ao apelo à inclusão da sustentabilidade nas políticas.

Dessa Cimeira resultou um instrumento orientador dos processos de desenvolvimento social, económico e ecológico, com recomendações quanto a objectivos, metas intermediárias, acções e prazos para as acções a desenvolver a nível global, das nações e das relações entre elas. Pretendendo-se que esse instrumento tivesse o carácter das agendas que, no dia a dia, balizam as actividades dos indivíduos que não se querem perder nas suas tarefas, é esse documento designado de Agenda 21.

Sugere, nomeadamente, que os diferentes países desenvolvam à luz das recomendações da Agenda 21, os seus próprios documentos orientadores. Em resposta, Portugal, dota-se, em 2005, de um instrumento com a designação de Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (Mota *et al.*, 2004)

Numa lógica de que as estratégias conducentes a diversos tipos de desenvolvimento têm que ser definidas junto das populações, e não impostas por níveis administrativos centrais, a Agenda 21 alerta também para a importância do contributo dos níveis mais baixos da administração (mais próximo dos cidadãos), nomeadamente os municípios. Recomenda, assim, que tais instituições se dotem das chamadas Agendas 21 Locais ou, no caso dos municípios, Agendas 21 Municipais.

Em 1994, a Carta de Aalborg, resultante da I Conferência Europeia das Cidades e Povoações Sustentáveis incentiva os municípios a dotarem-se desses instrumentos, apresentando metodologias (Pinto, 2002).

A Cimeira de Joanesburgo, em 2002, reforça a necessidade de acção a todos os níveis.

Em Portugal, a segunda metade da década de 1990 viu a preocupação dos autarcas transferir-se da dotação dos seus municípios em infra-estruturas, nomeadamente vias de acesso, para a do desenvolvimento da actividade económica. Com o início do milénio, os autarcas despertam para importância das questões ambientais e sua relação com as questões económicas e sociais. Há uma crescente preocupação e pressão da opinião pública quanto às questões ambientais. Há directivas a cumprir. Há sanções contra o incumprimento. Há perspectivas de negócio ligadas à natureza. Há a percepção de que não incorporando a dimensão “sustentabilidade” nas suas políticas, os municípios ficam arredados de movimentos que atravessam toda a sociedade, levando a uma crescente marginalização política, económica, social, cultural e financeira, nomeadamente no seio da União Europeia.

Neste contexto, verifica-se que um número crescente de autarquias procura dotar-se de instrumentos de planeamento - Agendas 21 Locais ou afins - para o seu desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade. É assim que, no início de 2005, a autarquia de Castelo Branco inicia diligências no sentido de se dotar de uma Agenda 21, a que se dará o nome “Castelo Branco XXI”.

## METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico a estruturação da Agenda 21 Castelo Branco assenta em três vectores fundamentais: o diagnóstico para a sustentabilidade e a auscultação dos munícipes (1) que permitiram a elaboração de uma estratégia de intervenção (2) para o desenvolvimento sustentável, que se consubstancia no plano de acção (3).

Com o diagnóstico para a sustentabilidade procurou-se analisar os sistemas sociais, económicos, ambientais e institucionais do concelho de Castelo Branco de modo a identificar as suas potencialidades e fragilidades. O cruzamento dos dados recolhidos com a inserção territorial e a análise da macro envolvente permitiu identificar as oportunidades e ameaças com que o concelho se depara.

Para além do trabalho de recolha, compilação e análise de dados secundários, o diagnóstico para a sustentabilidade é suportado por um conjunto de dados primários recolhidos por entrevistas aos actores locais mais representativos.

O conceito e a filosofia da Agenda 21 assentam sobre um conjunto de pressupostos entre os quais se destaca a participação dos cidadãos; com efeito, pretende-se que no decurso de todo o processo os munícipes participem activamente, nomeadamente sugerindo ideias a incluir no plano de acção e envolvendo-se na sua concretização.

Tendo por base este pressuposto era importante auscultar a opinião dos albicastrenses sobre a sua cidade e, que tipo de intervenção eles gostariam de ver implementada.

Deste modo elaborou-se um pequeno questionário no qual se solicitava a opinião dos munícipes relativamente a três aspectos:

- O melhor de Castelo Branco;
- O pior de Castelo Branco;
- Uma boa ideia para Castelo Branco.

O questionário foi lançado em dois momentos distintos e a metodologia de recolha de dados foi, igualmente diferente.

O primeiro momento efectuou-se no dia da cidade (23 de Março de 2006), que coincidiu com o lançamento oficial do projecto Agenda 21 de Castelo Branco. A metodologia utilizada foi o questionário pessoal, efectuado por alunos da Escola Secundária Amato Lusitano, que interpelavam, indiscriminadamente, os munícipes que passavam no centro cívico. Foram recolhidos 121 questionários.

No segundo momento procedeu-se ao envio por via postal do questionário juntamente com o convite para a participação dos cidadãos no fórum Agenda 21; por esta via, obtiveram-se 160 respostas.

Deste modo obteve-se um conjunto de respostas referentes a uma amostra (281 indivíduos) aleatória da população da cidade, que permitiu uma primeira abordagem sobre a visão dos albicastrenses sobre a sua cidade e permitiu, igualmente, conhecer as principais necessidades sentidas pelos cidadãos. As opiniões recolhidas junto à população permitiram enriquecer o diagnóstico.

Após a realização do diagnóstico, do Fórum XXI e do conjunto de actividades de inquirição, e paralelamente ao processo de definição de áreas estratégicas de intervenção, procedeu-se à realização de reuniões visando uma aproximação mais específica às problemáticas vividas por determinados sectores socio-económicos e territórios dentro do concelho.

Assim, de forma mais específica, pretendia-se apresentar, para fins de recolha de contributos, o diagnóstico realizado e a estratégia preconizada, à medida que a definição das áreas estratégicas e alguns aspectos de sua materialização iam surgindo. Pretendia-se igualmente apelar à participação, nomeadamente com sugestões e compromissos em acções que concretizassem a referida estratégia.

Com estes objectivos, foram realizadas oito reuniões. Três delas sectoriais, que se destinavam a abordar as problemáticas específicas dos sectores económico, educativo e da rede social. As restantes, de proximidade, tinham o intuito de incidir sobre aspectos mais específicos das freguesias do concelho.

Neste contexto, pretendia-se que a participação consistisse em públicos mais específicos, a saber:

- no caso das reuniões sectoriais, de agentes com actividade no sector da solidariedade social, empresários e outros intervenientes na actividade económica, docentes e outras pessoas ligadas ao ensino;
- no caso das reuniões de proximidade, propriamente dita, de habitantes e outros agentes com intervenção nas diferentes localidades.

A divulgação e convite à participação nas reuniões foi, no que diz respeito a agentes públicos, colectivos e empresariais, feito pela Câmara Municipal de Castelo Branco e, no caso dos particulares, pelas juntas de freguesia.

Em cada reunião, foi feita uma exposição pelos elementos da equipa do projecto, abordando a natureza do processo de desenvolvimento de uma Agenda 21 Local, o

papel de cada indivíduo e o estado de progressão do processo relativo a Castelo Branco. Assim, apresentaram-se dados sobre o diagnóstico e, à medida que se ia progredindo, sobre a estratégia preconizada. Terminada a exposição, apelava-se ao contributo dos participantes, sobre o diagnóstico e linhas estratégicas, finalmente eram solicitadas sugestões/disponibilizações para acções a levar a cabo que concretizassem a estratégia, deixando-se um tempo bastante longo para debate.

Nas reuniões, foi distribuído o boletim municipal, com a visão que os albicastrenses têm da sua cidade, bem como uma ficha com a finalidade de recolher sugestões de iniciativas a realizar no quadro da referida estratégia.

Após esta fase de discussão pública e uma vez validado o diagnóstico, passou-se ao delineamento da estratégia de intervenção que aponta as principais linhas de intervenção de carácter estruturante, de modo a fazer face aos desafios existentes. Os eixos estruturantes definidos foram: Território, Conhecimento e Competitividade.

A última etapa metodológica consiste na elaboração do plano de acção que é constituído por um conjunto de acções, distintas em termos de tipologia e prioridade, as quais devem ser bastante claras ao nível dos seus objectivos, metas e indicadores. Devem ser identificados os responsáveis, colectivos ou individuais, públicos ou privados, pela sua implementação, bem como os prazos de realização e indicadores de acção e desempenho.

A Figura 1 sintetiza a metodologia seguida:

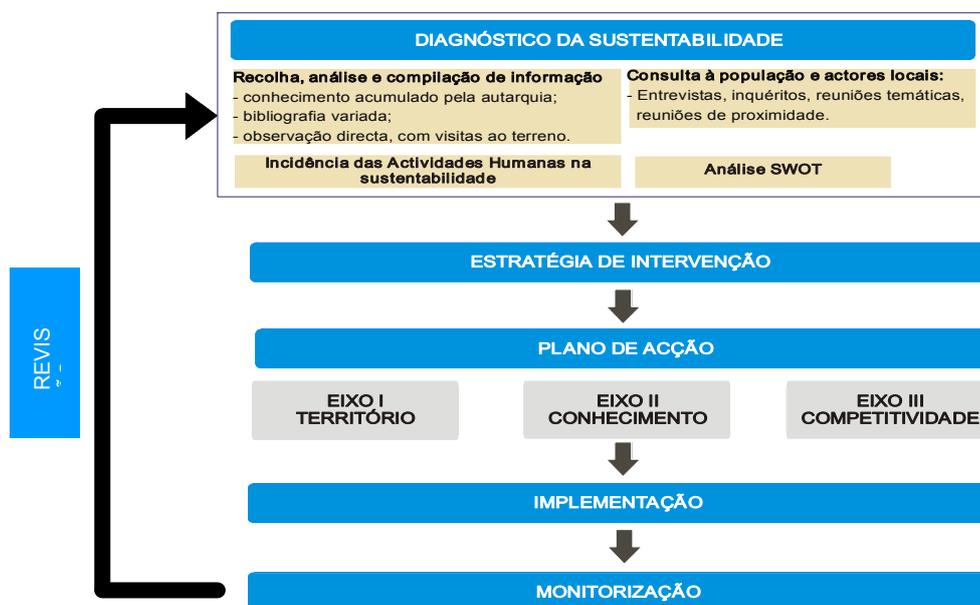


Figura 1. Esquema metodológico da Agenda Castelo Branco XXI

## RESULTADOS

### Diagnóstico

O concelho de Castelo Branco localiza-se no interior centro de Portugal (sub-região da Beira Interior Sul – correspondente à NUT III com a mesma designação), confrontando com os concelhos de Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros, Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova, bem como com a fronteira político-administrativa luso-espanhola (Figura 2).

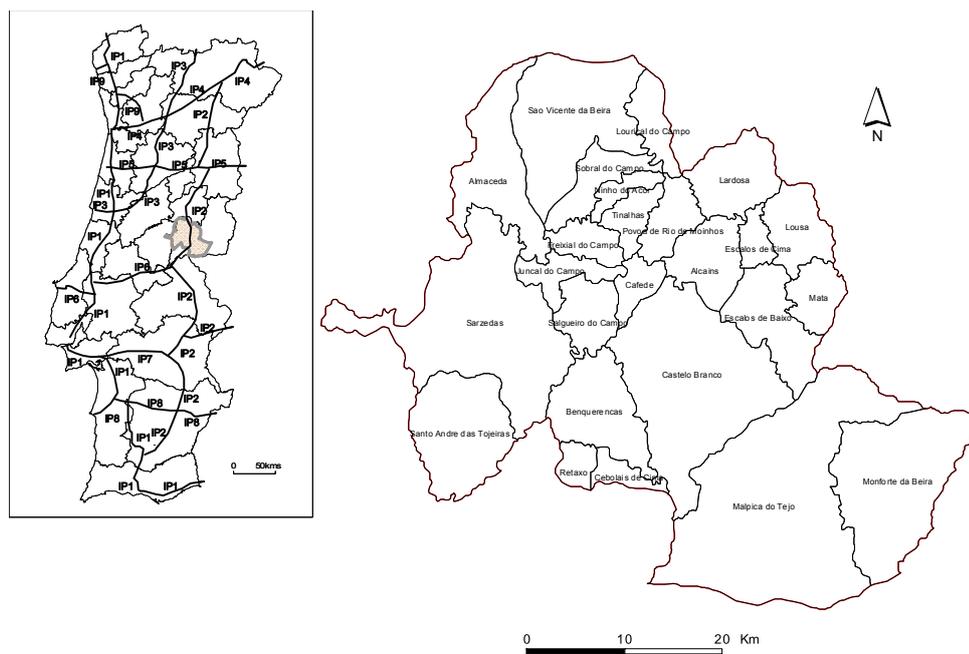


Figura 2. Localização e freguesias do concelho de Castelo Branco

A cidade e o concelho de Castelo Branco assumiram durante a última década um papel de polarização no contexto da região onde se inserem. Para tal tem contribuído a melhoria das condições materiais básicas de conectividade territorial com outras cidades e regiões com que preferencialmente se poderá articular, resultante da execução do Plano Rodoviário Nacional.

O clima é temperado mediterrâneo, nitidamente influenciado pela continentalidade. Segundo a classificação desenvolvida por Rivaz-Martinez (1985), a área do concelho situa-se no piso bioclimático mesomediterrânico sub-húmido inferior. Em termos biogeográficos, o concelho de Castelo Branco insere-se no Superdistrito Cacerense.

De acordo com o esquema da FAO para a Carta dos Solos da Europa é possível identificar no concelho manchas de litossolos êutricos, cambissolos dísticos (de origem

granítica), cambissolos éutricos (derivados de xistos e quartzitos) e cambissolos húmicos (de origem xistosa) e luvisolos órticos.

Faz parte da bacia hidrográfica do Rio Tejo e é drenado por várias sub-bacias, das quais as mais importantes são a bacia do rio Ocreza e do rio Ponsul.

Uma parte do concelho de Castelo Branco está integrada no Parque Natural do Tejo Internacional, e encontra-se classificada como ZPE - Zona de Protecção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul. O conjunto das zonas envolventes a Rio Tejo e seus afluentes desempenham um importante papel na conservação dos valores faunísticos e vegetais que, juntamente a outros habitats característicos das paisagens meridionais, constituem um importante património natural que urge recuperar e conservar.

No Quadro 1, apresentam-se os valores referentes às áreas ocupadas pelos diferentes usos.

Quadro 1. Uso e ocupação do solo no concelho de Castelo Branco

Usos e Ocupações do solo	Hectares	%
Áreas construídas (urbanas, industriais, comerciais, infra-estruturas e equipamentos)	1723,7	1,2
Improdutivos e áreas de extracção de inertes	378,1	0,3
Áreas agrícolas	32164,2	22,3
Matos e arbustos	15135,1	10,5
Áreas agro-florestais	8911,1	6,2
Áreas florestais	66507,9	46,2
Áreas ardidadas (1995-2003)	18083,8	12,6
Áreas húmidas continentais	1104,0	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>144007,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PLANRAIA (2004)

Os factores que mais contribuem para a transformação do uso e ocupação do solo são o despovoamento dos aglomerados e vilas, os incêndios e o aumento da floresta. O despovoamento conduz ao abandono dos campos, sobretudo das zonas mais afastadas dos aglomerados, e ao aumento progressivo das áreas de floresta e de mato. Os incêndios transformam completamente a paisagem pelo impacto que provocam a médio e longo prazo, designadamente no empobrecimento do solo e na capacidade de regeneração da vegetação.

A dinâmica global de crescimento da população residente no concelho de Castelo Branco ao longo das últimas décadas caracteriza-se, fundamentalmente, pela relativa estabilidade patenteada pelo efectivo populacional. Efectivamente, os 55.708 habitantes

residentes no concelho, em 2001, traduzem um acréscimo pouco significativo em relação ao efectivo recenseado quer em 1981 (1,5%) quer em 1991 (2,6%).

Considerando apenas os dois últimos censos e fazendo uma análise comparativa de alguns indicadores demográficos, verificamos que o ganho populacional de 2,6% reflecte-se de maneira distinta nas várias classes etárias: um claro decréscimo nos escalões mais jovens, sobretudo na faixa 0-14 anos (-17,6%), acréscimo acentuado na população idosa (17,8%), e acréscimo mais ligeiro (6,1%) na faixa etária 24-65 anos o que constitui um factor positivo uma vez que aumenta a população activa e pode constituir uma força motora de desenvolvimento. Este dado indica que o concelho está a receber população migrante que aqui vem procurar melhores condições de vida e trabalho.

As freguesias que apresentam maior crescimento do número de alojamentos são as localizadas no eixo Castelo Branco – Alcains – Lardosa (bem como em São Vicente da Beira), embora seja de reforçar a ideia de uma forte concentração do crescimento na cidade de Castelo Branco, com 89% do aumento verificado.

A nível de cobertura de infra-estruturas básicas, a situação em 2001 no concelho de Castelo Branco é fundamentalmente caracterizada por baixos níveis de carência infraestrutural, apresentando níveis de cobertura praticamente universais (designadamente em matéria de instalações eléctricas e de água canalizada). Em todos os domínios as taxas de cobertura da população residente são superiores a 95%.

Na actividade económica do concelho de Castelo Branco, o sector do turismo tem um peso relativamente modesto. O alojamento e a restauração representavam, em 2000, cerca de 10% do número de estabelecimentos empresariais existentes, empregando perto de 6% do pessoal ao serviço (PLANRAIA, 2004).

A indústria apresenta uma apreciável dimensão. Representa cerca de 37% do emprego no concelho (PLANRAIA, 2004), 10% das empresas e 43% do volume de negócios (INE, 2004). Estes valores ocorrem num contexto em que este sector perdeu alguma importância e de crise que assola os respectivos sub-sectores, verificando-se o encerramento de algumas unidades. O agro-alimentar representa mais de metade do volume de negócios deste sector. No entanto, é o menos representativo em termos de emprego, tendo-se vindo a verificar uma redução no mesmo, apesar do aumento do número de estabelecimentos.

A indústria do aquecimento, ventilação e ar condicionado apresenta exemplos de unidades de matriz endógena, empregando recursos humanos qualificados, com produtos bem posicionados no mercado. Apresenta, assim, condições de crescimento sustentado e de

aprofundamento de relações intra-industriais, infelizmente com poucos efeitos demonstrativos sobre restante tecido produtivo industrial.

A actividade comercial constitui uma parte mais significativa da estrutura empresarial ligada sector terciário. É responsável por 1/3 do total de estabelecimentos, 20% do emprego respectivo e 40% do total de volume de negócios das sociedades com sede em Castelo Branco (INE, 2004).

O concelho de Castelo Branco distribui-se por duas zonas ou sub-regiões com características agro-ecológicas distintas. Na primeira destas, que constitui a parte oriental e central do concelho, predomina a aptidão florestal e o aproveitamento para a pastorícia, nomeadamente de ovinos, em explorações com características próximas do montado alentejano e que podem ter dimensões elevadas. Na parte ocidental do concelho, a propriedade tende a ser mais pequena e em termos de actividades, destacam-se a olivicultura e a caprinicultura. Contudo, a maioria do terreno desta parte é ocupada por pinhal, muitas vezes mato, quase sem ordenamento e muito afectada por incêndios.

A caça constitui uma actividade com significado no concelho de Castelo Branco. A zona apresenta boas potencialidades para caça maior, javalis e cervídeos, sendo factor limitante, em algumas das freguesias, o valor alimentar e a baixa densidade dos matagais, sobretudo nos locais de maior altitude e rochosos, e razoável potencial para caça menor, nomeadamente perdiz e coelho. Existem 22 zonas de caça no concelho, distribuídas por uma área com cerca de 40.706 hectares.

Os Quadros 2 a 7 resumem, sob a forma de matrizes, os resultados da análise SWOT das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, que aproximarão ou afastarão o concelho de Castelo Branco da sustentabilidade social, económico e ambiental.

Quadro 2. Matriz SWOT ao nível demográfico, económico e do mercado de trabalho

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p>Aumento da população do concelho</p> <p>Ligeiro acréscimo da faixa etária entre os 24 e 65 anos</p> <p>Aumento do número de famílias</p> <p>Presença forte de população no ensino superior</p> <p>Aumento da oferta de emprego</p> <p>Existência de indústrias</p> <p>Existência de montados</p>	<p>Envelhecimento da população</p> <p>Despovoamento das freguesias rurais</p> <p>Diminuição da dimensão média das famílias</p> <p>Fraca expressividade da população com habilitações superiores e diminuição da população estudantil</p> <p>Aumento do desemprego</p> <p>Fraca cidadania activa e participativa</p> <p>Fraca inovação</p> <p>Estrutura empresarial débil</p> <p>Incipiente desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas</p> <p>Modelo de desenvolvimento industrial sustentado no baixo custo da mão-de-obra</p>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>Ligação entre o ensino superior e o tecido empresarial</p> <p>Diversificação dos produtos florestais</p> <p>Crescente procura de produtos alimentares de qualidade</p> <p>Tirar partido do elevado potencial da energia solar</p> <p>Migração com origem no país</p> <p>Aumento do poder de compra da região</p> <p>Localização raiana e acessibilidades</p> <p>Tecnologia, inovação e empreendedorismo</p> <p>Agricultura, silvicultura e pecuária</p> <p>Turismo</p> <p>Competitividade económica</p> <p>Construção bioclimática</p> <p>Programas de financiamento comunitários e nacionais</p>	<p>Emprego dependente de um reduzido número de empresas</p> <p>Entrada de produtos alimentares vindos de países da União Europeia</p> <p>Perda de capacidade de resposta aos desafios nas áreas da inovação e tecnologia</p>

Quadro 3. Matriz SWOT ao nível do território

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p>Aumento do número de habitações e edifícios</p> <p>Renovação e qualificação dos núcleos urbanos antigos</p> <p>Melhoria quantitativa e qualitativa de acessibilidades e transportes</p>	<p>Instrumentos de gestão e planeamento territorial desajustados</p> <p>Existência de áreas urbanas de origem clandestina</p> <p>Diminuição da importância regional da maioria dos aglomerados</p> <p>Aumento na floresta das espécies exógenas de crescimento rápido</p> <p>Vulnerabilidade das florestas aos incêndios</p> <p>Má acessibilidade a Espanha</p> <p>Falta de espaços verdes e zonas pedonais</p> <p>Inexistência de linhas telefónicas digitais (Internet) nas freguesias</p> <p>Cobertura do tratamento de águas residuais inferior a 100%</p>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>Polis</p> <p>Programa Aldeias do Xisto</p> <p>Programas nacionais e comunitários de reabilitação de imóveis e de recuperação de zonas urbanas antigas</p> <p>Localização estratégica relativamente a importantes vias de comunicação e ao país vizinho</p>	<p>Deposição de resíduos da zona de Lisboa no aterro sanitário</p> <p>Destruição de zonas de interesse paisagístico</p> <p>Degradação dos sistemas agro-silvo-pastoris; elevada erosão do solo</p> <p>Introdução de portagens na A23</p>

Quadro 4. Matriz SWOT a nível dos recursos naturais e ambiente

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<p>Florestas, áreas de montado, potencial cinegético, valores florísticos e faunísticos</p> <p>Parque Natural do Tejo Internacional</p> <p>Relevo pouco acentuado</p> <p>Aproveitamento dos recursos hídricos superficiais</p> <p>Risco sísmico muito reduzido</p>	<p>Disponibilidade de água</p> <p>Escassos recursos hídricos subterrâneos; recursos minerais pobres</p> <p>Fraca aptidão agrícola</p> <p>Inexistência de centros de interpretação ambiental</p> <p>Desconhecimento das potencialidades piscícolas do concelho</p> <p>Elevadas amplitudes térmicas</p>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<p>Turismo sustentável</p> <p>Desenvolvimento do montado e actividades relacionadas</p> <p>Substituição do eucalipto por espécies autóctones</p>	<p>Alterações climáticas</p> <p>Incêndios</p> <p>Desertificação</p>

Energias renováveis Aproveitamento económico e lúdico dos planos de água	
---	--

Quadro 5. Matriz SWOT a nível das estruturas culturais e sociais

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Crescimento da acessibilidade e adesão aos meios de comunicação e novas tecnologias de comunicação Ensino Superior Aparecimento de instituições privadas e públicas a oferecer formação profissional Potencial turístico, nomeadamente de natureza (Naturtejo) Incremento da actividade cultural da cidade	Escassa promoção e protecção da riqueza cultural do concelho Fracá expressividade do turismo e insuficiente oferta hoteleira Ausência de apoios sociais
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Existência de tradições locais Disponibilidade de imigração Promoção do turismo	Rota turística secundária e concorrência de outras regiões no sector turístico Destruição do património na zona histórica Fluxos migratórios Envelhecimento da população Hospital Amato Lusitano (encerramento de valências)

Quadro 6. Matriz SWOT a nível do turismo

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Turismo de Natureza Naturtejo Programa Aldeias do Xisto	Posto de turismo com horário reduzido Insuficiente oferta hoteleira Falta de estratégia para actividade turística local Escassa promoção e protecção da riqueza cultural do concelho
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Turismo sustentável Promoção do turismo no estrangeiro Estabelecimento de parcerias	Falta de apoio ao turista Rota turística secundária e concorrência de outras regiões no sector turístico

Quadro 7. Matriz SWOT a nível de educação e inovação

FORÇAS	FRAQUEZAS
Existência de pequenas empresas Programa de incentivo às novas tecnologias de informação Programa Polis Ensino Superior Formação profissional	Fraca inovação. Incipiente desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas Inexistência de linhas telefónicas digitais (Internet) nas freguesias Fraca expressividade da população com habilitações académicas e diminuição da população estudiantil
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Desenvolvimento dos projectos Beira Baixa Digital e Cyber Centro: diminuição virtual da distância ao resto do mundo, aos meios de comunicação e à informação Atracção de população jovem para o concelho Ligação entre o ensino superior e o tecido empresarial Criar atractivos que os recém-licenciados não regressem à cidade de origem após a conclusão do curso Aparecimento de instituições privadas e públicas a oferecer serviços na área da formação profissional	Falta de cultura de inovação Inexistência de uma política regional/local de inovação Ausência de um actor local promotor da inovação Alguma tendência para a inadequação dos cursos à oferta de mercado Após a conclusão do curso os jovens abandonam o concelho Pouca diversificação de cursos e formação profissional

### Inquérito

Nos inquéritos realizados, os cidadãos foram convidados a expressar as suas opiniões acerca de três aspectos: o melhor de Castelo Branco, o pior e uma boa ideia para a cidade.

No que respeita ao melhor da cidade, a análise de frequência permitiu identificar seis grandes grupos de factores, altamente valorizados pelos munícipes.

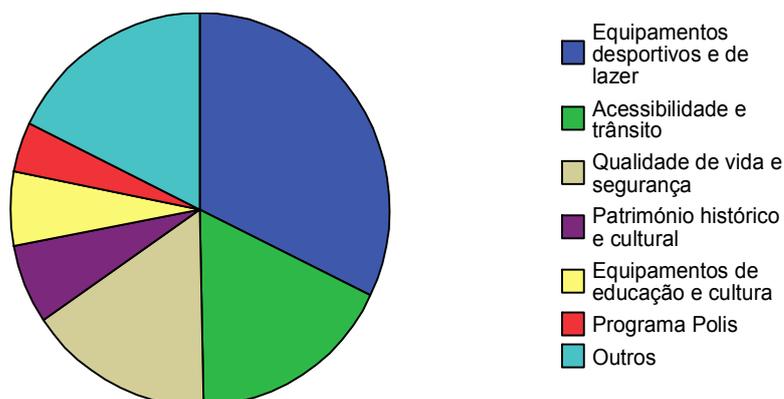


Figura 3. O Melhor de Castelo Branco

O aspecto mais valorizado diz respeito aos equipamentos desportivos e de lazer (32,2%) nomeadamente a construção da piscina-praia que foi, em termos individuais, o item mais vezes referido como o melhor da cidade. As acessibilidades e trânsito (17,5%), a qualidade de vida e segurança (15,8%), o património histórico-cultural (6,5%) e os equipamentos de educação e cultura (6,1%) são, igualmente, aspectos que os cidadãos valorizam na cidade.

Especial referência ao Programa Polis (4,1%), ainda em execução, mas que já permitiu um vasto conjunto de intervenções nomeadamente a (profunda) requalificação do centro cívico.

No que diz respeito aos aspectos que os albicastrenses sentem como negativos destacam-se a mobilidade, acessibilidades e trânsito (23,8%); neste ponto o principal motivo de queixa diz respeito à rede de transportes urbanos (número insuficiente de carreiras, horários desajustados e má taxa de cobertura do espaço) e às ligações com as freguesias rurais, insuficientes nos dias úteis e, em muitos casos, não se realizam aos feriados e fins de semana. Seguem-se as questões relacionadas com os comportamentos sociais (14,9%), com a requalificação urbana (13,5%) e a escassez de zonas verdes (12,2%).

A Figura 4 evidencia os aspectos que os cidadãos consideram como o pior da cidade.

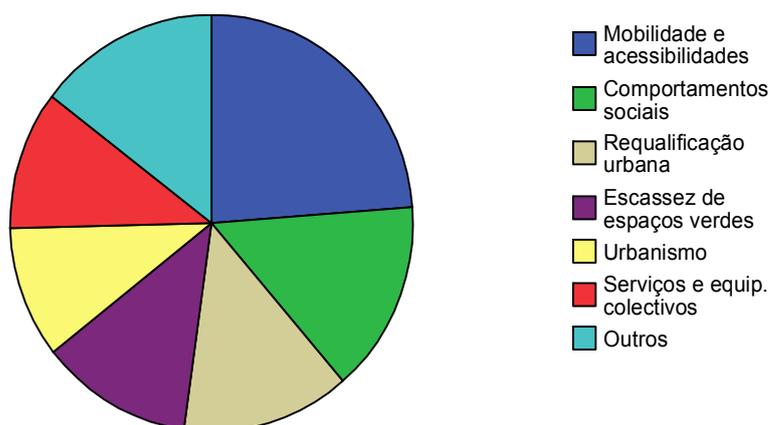


Figura 4. O Pior de Castelo Branco

No que respeita a boas ideias para a cidade, a instalação de uma grande superfície comercial (14,1%) surge no topo das sugestões. Apesar das melhorias sentidas na área da cultura e educação, verifica-se que os cidadãos pretendem uma maior oferta cultural e uma

melhoria dos equipamentos de educação, principalmente no que se refere à educação pré – escolar (15,6%).

A implantação de mais espaços verdes (13,9%) e a criação de mais espaços para desporto e lazer (14,8%) são, também, aspectos que os albicastrenses gostariam de ver implementados.

Ainda no campo das boas ideias, de realçar as respostas que se prendem com as iniciativas de solidariedade e de apoio social para idosos, o que se explica pelo acentuado envelhecimento da população das freguesias rurais e com a carência deste tipo de equipamentos e serviços.

O gráfico seguinte sintetiza os resultados obtidos.

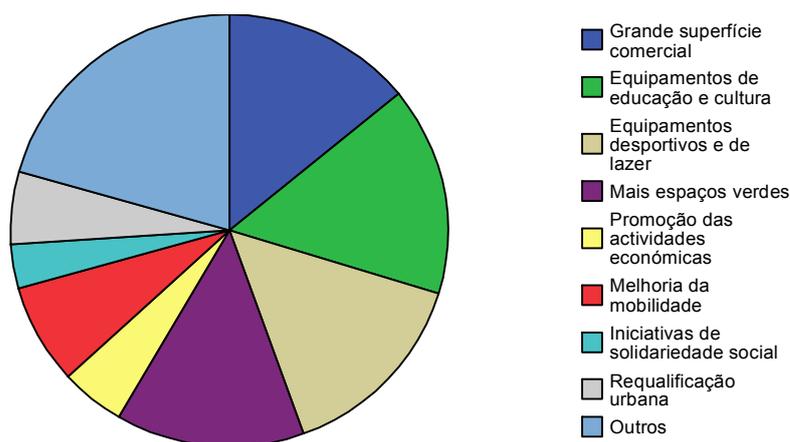


Figura 5. Uma Boa Ideia para Castelo Branco

Analisando os dados dos inquéritos é de salientar que os cidadãos valorizaram, claramente, os aspectos relacionados com a educação, cultura, lazer e ambiente urbano. Os aspectos económicos, nomeadamente a criação de postos de trabalho, a captação de investimento e o desenvolvimento da base produtiva local praticamente não foram referidos.

### **Reuniões de proximidade**

O número de participantes em cada reunião variou entre 30 e 60. A deslocação implicada, a menor densidade de população, dificuldades de comunicação e menor informação de base condicionaram a participação nas reuniões de proximidade rurais.

Em geral, o público presente concordou com o diagnóstico apresentado e com as linhas estratégicas propostas.

Quanto a acções, foram feitas algumas sugestões oralmente, por exemplo quanto a melhorias na rede social, acessos intra-concelhios e valorização do turismo de percurso pedestre. Muitas das sugestões feitas consistiam mais em princípios para a actuação futura na condução do processo de envolvimento dos cidadãos na Agenda 21 Local, nomeadamente a necessidade dos órgãos de gestão efectivamente acolherem sugestões.

Muita da participação consistiu em exercícios de especificação de determinados aspectos do diagnóstico, nomeadamente relativos aos casos das suas localidades.

## PLANO DE ACÇÃO

O plano de acção é um exercício de planeamento a que corresponde uma visão prospectiva e voluntarista de futuro, fundamentando as opções estratégicas e os instrumentos que melhor podem alicerçar o ciclo do desenvolvimento sustentável.

Tenta, no essencial, dar corpo a um modelo de políticas de desenvolvimento centradas na mobilização do potencial endógeno das comunidades territoriais. O motor do processo de desenvolvimento passa a ser da responsabilidade dos actores locais – é um processo que decorre de “baixo para cima”, valorizador da base de recursos locais, mobilizador de vontades, participativo e antecipativo dos desafios futuros.

Desta forma, o plano deverá enquadrar actuações ao nível das condições de desenvolvimento e a necessária integração e coerência de forma a gerar consensos em torno das opções-chave; acresce que importa ser selectivo, mobilizador dos agentes e beneficiários do concelho e do exterior e promotor da sustentabilidade territorial.

A operacionalização do plano é feita através de fichas de acção que propõem um conjunto variado de acções cujos objectivos e metas devem ser claramente identificados; devem, ainda, ser identificados os responsáveis, colectivos ou individuais, públicos ou privados, pela sua implementação, bem como os prazos de realização e indicadores de acção e desempenho.

O plano deve ser monitorizado por uma entidade independente, representativa dos municípios, e revisto periodicamente, no sentido de dar resposta a eventuais alterações conjunturais.

Tendo como referência o diagnóstico e os contributos da população e dos actores locais, o Plano de Acção assenta nas seguintes áreas estratégicas: **Conhecimento, Território e Desenvolvimento**. A Figura 6 representa os aspectos estruturais e funcionais do Plano de Acção.



Figura 6. Estrutura funcional do Plano de Acção

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração e implementação da Agenda XXI Castelo Branco é um processo complexo, uma vez que abarca variados aspectos da vida da população do concelho e da forma como esta interage com o meio, nomeadamente no que se refere à utilização do território e os impactes gerados pelas actividades humanas.

Atendendo aos princípios subjacentes à Agenda XXI, este é um processo em constante construção que se deve ir adaptando às necessidades sentidas em cada momento.

O sucesso deste processo implica, assim, a participação activa dos cidadãos quer na discussão pública das acções constantes do Plano de Acção, quer envolvendo-se directamente, propondo e executando acções específicas com vista à sustentabilidade.

Importa, pois, mobilizar os agentes locais e cidadãos do concelho para um caminho que deve ser comum, co-responsabilizando todos os actores neste processo de desenvolvimento.

A Agenda XXI deve ir ao encontro da vontade colectiva de mudança, para tal devem ser propostos projectos aglutinadores das aspirações da população. Apela a um trabalho

participativo e de concertação entre os actores locais – um modo de aprendizagem colectiva.

## **6. BIBLIOGRAFIA**

INE – Instituto Nacional de Estatística (2004). Anuário Estatístico da Região Centro, 2003. INE, Lisboa.

Mota, I.A., Pinto, M., Sá, J.V., Marques, V.S. e Ribeiro, J.F. (2004). Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2005-2015. s.e., s.l.

Pinto, S.M.S. (2002). Educar para a Sustentabilidade no Contexto Municipal. O “Centro da Natureza” do Município da Guarda. Escola Superior Agrária/Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco

PLANRAIA, Estudos e Consultoria da Raia, Lda. (2004). Revisão do Plano Director Municipal de Castelo Branco – Estudos Prévios. Câmara Municipal de Castelo Branco, Castelo Branco.

Rivaz-Martinez, S. (1985). Biogeografía y vegetación. Publ. Real Acad. Cienc. Exactas, Físicas y Nat: 1-103, Madrid.